

ATA N.º 17/2026

Reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Lagos

Auditório do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI

5 de agosto de 2026

ÍNDICE

I	ABERTURA	1
II	PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO.....	1
III	PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	2
	INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE.....	2
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PAULO ROSÁRIO DIAS	3
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR GILBERTO VIEGAS	4
IV	ORDEM DO DIA	5
	ORDEM DO DIA	5
	PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR PRESIDENTE	5
	FORNECIMENTO CONTINUADO DE ENERGIA ELÉTRICA EM INSTALAÇÕES MUNICIPAIS - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	5
	EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DA CONDUTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO RI À CIDADE DE LAGOS" - MINUTA DO 3.º CONTRATO ADICIONAL	6
	EMPREITADA DE "AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB2,3 DAS NAUS" - MINUTA DO 6.º CONTRATO ADICIONAL	6
	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DE EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA	7
	EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DA CONDUTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO RI À CIDADE DE LAGOS" -ACEITAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS N.º 2 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 3 - 5.ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO, ATÉ 18 DE SETEMBRO DE 2026 - APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS PLANOS DE TRABALHOS, DE MÃO-DE-OBRA, DE EQUIPAMENTOS E DE PAGAMENTOS E DO CRONOGRAMA FINANCEIRO	8
	PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS COMO INVESTIDOR SOCIAL NO PROJETO "MYMENTOR ESCOLAS - PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL PARA O FUTURO" - RATIFICAÇÃO	9
V	ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO.....	10
VI	ENCERRAMENTO	12
	ATA EM MINUTA	12

ATA N.º 17/2026

Reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Lagos

Auditório do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI

5 de agosto de 2026

ABERTURA

PRESENÇAS

Presidente Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira

Vice-Presidente Paulo Jorge Correia dos Reis

Vereadores Sara Maria Horta Nogueira Coelho
Luís Alberto Bandarra dos Reis
Gilberto Repolho dos Reis Viegas
Nuno Pedro dos Santos Borges Marques
Paulo Jorge do Rosário Dias

Estiveram ainda presentes para secretariar a reunião Maria da Conceição Pacheco Centeno Santa Clara Gomes, Chefe da Divisão Jurídica, coadjuvada pelo Assistente Técnico, Tiago de Oliveira Freire.

O Senhor Presidente, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião pelas 15 horas e 9 minutos.

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO

Declarado aberto o período para intervenção do público, intervieram os seguintes cidadãos:

Francisco Pedro Gabriel da Costa (Ficha de Participação n.º 47614/2026) referiu a sua intervenção feita numa reunião de Câmara anterior, e disse que o problema ainda persiste, solicitando a manutenção de uma árvore perto da sua residência que causa inconveniências e sujidade. Disse que tinha feito um pedido de atendimento ao Senhor Vereador Luís Bandarra e que não tinha obtido resposta.

O **Senhor Presidente** informou que a situação seria averiguada.

O **Senhor Vereador Luís Bandarra** esclareceu que, na generalidade dos pedidos de

atendimento que recebe, desloca-se ao local para verificar diretamente as situações reportadas. Referiu que o pedido mencionado não chegou ao seu conhecimento, admitindo a possibilidade de ter ocorrido algum lapso, situação que iria averiguar.

António Santos (Ficha de Participação n.º 47616/2026) perguntou de que forma a Câmara Municipal pretende homenagear o Senhor Aníbal Camacho. Referiu um protesto que ocorreu recentemente contra o projeto de construção planeado para as dunas da Meia Praia e pediu esclarecimentos sobre o que está projetado. Referiu o mau estado do património municipal, nomeadamente a Igreja de São Sebastião, o Parque das Freiras e o molhe. Referiu a recusa por parte da Câmara da sua proposta de compra de diversas obras em madeira feitas pelo seu pai.

O **Senhor Presidente** informou que, na sequência da aprovação do voto de pesar e das homenagens prestadas a Aníbal Camacho, foi remetida à Comissão Municipal de Toponímia a análise da eventual atribuição do seu nome a uma rua do concelho. Referiu ainda estar a ser ponderada uma homenagem no âmbito da próxima Gala do Desporto, através da evocação do seu percurso desportivo. Relativamente à Meia Praia, esclareceu que não está prevista qualquer construção nas dunas, existindo apenas a possibilidade, prevista há vários anos e atualmente em fase de licenciamento, da construção de duas unidades hoteleiras em terrenos situados antes da linha ferroviária. Quanto ao património municipal, informou que a realização de intervenções na Igreja de São Sebastião depende de autorizações das entidades competentes na área do património cultural. Esclareceu que a intervenção no Parque das Freiras integra a terceira fase do projeto do Anel Verde e será desenvolvida após a conclusão da intervenção na Praça d'Armas. Relativamente ao molhe, informou que se encontra prevista uma reunião com as entidades competentes para definição das intervenções necessárias. No que respeita à proposta de aquisição das obras do Mestre Américo, esclareceu que a mesma foi analisada pelos serviços municipais e por um especialista externo, tendo sido concluído que o espólio já existente no acervo municipal era representativo da obra do autor, motivo pelo qual a aquisição proposta não foi considerada justificada.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações do Presidente

De seguida, o Senhor Presidente apresentou a relação dos assuntos mais relevantes da atuação do executivo municipal em regime de tempo inteiro, no período decorrido desde a última reunião

de Câmara: **1.** Clube ABC" Os Espichenses", Festa Anual Popular e Religiosa (31 de julho de 2026); **2.** Reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da AMAL (31 de julho de 2026); **3.** Teatro "Boa Esperança em... Revista", Centro Cultural (31 de julho de 2026).

Intervenção do Senhor Vereador Paulo Rosário Dias

O Senhor Vereador Paulo Rosário Dias apresentou os seguintes assuntos:

1. Retail do Chinicato – disse que aguarda resposta a dois requerimentos que fez acerca da obra do Retail Park do Chinicato.

O **Senhor Presidente** informou que iria averiguar a questão.

2. Unidades Hoteleiras na Meia Praia – disse que apresentou um requerimento a pedir elementos do procedimento. Acrescentou que perante rumores e desinformação, é importante que a Câmara seja transparente acerca do que está a suceder.

O **Senhor Presidente** informou que uma das unidades hoteleiras já se encontra licenciada e que a outra aguarda apenas a emissão de um parecer, encontrando-se igualmente em fase de licenciamento. Esclareceu que os trabalhos atualmente em curso se limitam à vedação do terreno e à limpeza da área, não estando em execução quaisquer obras de construção, encontrando-se a atividade suspensa durante o período de verão. Informou ainda que foi solicitado um ponto de situação relativo a ambos os empreendimentos, o qual será oportunamente apresentado em reunião de Câmara.

3. Bombeiros – felicitou o Senhor Presidente pelo discurso proferido na celebração do centésimo quadragésimo aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagos (AHBVL). Perguntou se o Senhor Presidente está disposto a agir em coerência com o discurso, referindo o monumento aos bombeiros por construir, a realocização do quartel dos bombeiros e a concessão de benefícios fiscais a bombeiros.

O **Senhor Presidente** informou que a unidade de bombeiros de Lagos é uma das mais bem preparadas do Algarve e do país. Informou que o quartel atual foi renovado e que existe a possibilidade de ser feito um novo, dependendo de uma negociação de aquisição de terrenos que ainda não está ultimada, que permitirá também a construção de fogos de habitação. Informou que tem havido uma preocupação em providenciar as melhores condições ao corpo de bombeiros de Lagos e que a questão dos benefícios fiscais está em análise.

4. Proposta de Regulamento – disse ter submetido uma nova versão da sua proposta apresentada na reunião de Câmara de 15 de julho de 2026 e retirada para análise e futura apreciação na reunião de 19 de agosto de 2026.

O **Senhor Presidente** informou que a proposta de conceder benefícios fiscais a membros do corpo de bombeiros está a ser analisada e que existem outras questões pertinentes em debate

como a falta de casa própria de alguns bombeiros ou o valor patrimonial da casa relativo ao seu rendimento o que implica a não concessão de benefícios fiscais.

5. Parque da Trindade – disse que a feira no local continua a funcionar, mesmo não tendo obtido licenciamento ou autorização da Câmara.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que terminou o prazo para a entidade promotora prestar esclarecimentos e que foi determinada uma ação de fiscalização e de levantamento de auto, por não existir documentação que justifique a permanência dos equipamentos.

6. Segurança – perguntou se o Senhor Presidente teve oportunidade de falar com o Ministro da Administração Interna acerca de temas de segurança que afetam Lagos como a falta de efetivos nas forças policiais, a menor presença da força de intervenção na cidade e a aprovação da videovigilância por parte da Polícia de Segurança Pública.

O **Senhor Presidente** informou que discutiu com o Senhor Ministro a redução da presença policial no Algarve, através do reforço sazonal que seria partilhado entre Lagos e Portimão. Informou que o Senhor Ministro disse que a situação estava a ser monitorizada. Informou que abordou as questões de reforço das forças de segurança, nomeadamente da Guarda Nacional Republicana, da videovigilância e da falta de progresso deste processo.

7. Monumento ao Combatente – referiu que ainda não houve desenvolvimento e pediu esclarecimentos.

O **Senhor Presidente** informou que foram feitas tentativas sem sucesso para encontrar escultores e artistas disponíveis para criar o monumento. Informou que o Núcleo de Lagos da Liga dos Combatentes foi notificado das dificuldades tidas e que ficou com a responsabilidade de elaborar o monumento e de apresentá-lo ao Município. Informou que ficou combinado que seria importante não ser um monumento bélico e que este representaria não a guerra, mas sim os combatentes e a paz.

Intervenção do Senhor Vereador Gilberto Viegas

O Senhor Vereador Gilberto Viegas apresentou os seguintes assuntos:

1. Delegação de Competências – referiu a delegação de competências da Câmara no Senhor Presidente no início do mandato e disse que os vereadores sem pelouro não têm conhecimento de vários assuntos que são decididos somente pelo Presidente da Câmara, não tendo assim conhecimento da gestão do Município. Disse que existe uma falta de transparência entre a Câmara e os vereadores sem pelouro. Referiu exemplos da falta de transparência como obras de arte na via pública, pedidos de licenciamento, entre outros. Requereu que os processos das unidades hoteleiras fossem apresentados para conhecimento na próxima reunião de Câmara.

O **Senhor Presidente** informou que as delegações de competências estão previstas na lei e que

as decisões tomadas ao abrigo destas competências, na gestão do dia-a-dia, são divulgadas aos membros do órgão executivo.

2. Pedido de Vistoria – referiu um pedido de uma munícipe feito numa reunião anterior e perguntou o ponto de situação.

O **Senhor Presidente** informou que a situação seria averiguada.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA A Câmara, por votação nominal, deliberou fazer constar que aceitou, por **unanimidade**, e em minuta, proceder à apreciação de todos os assuntos que foram objeto de deliberação na presente reunião. **(Deliberação n.º 251/2026)**

PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR PRESIDENTE

FORNECIMENTO CONTINUADO DE ENERGIA ELÉTRICA EM INSTALAÇÕES MUNICIPAIS - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

Proposta n.º 217/2026, de 31 de julho:

"Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião realizada em 15 de abril de 2026 (Deliberação n.º 113/2026) foi desenvolvido o procedimento de concurso público, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, conducente ao fornecimento continuado de energia elétrica em instalações municipais.

Analisado o processo e considerando o sentido das conclusões apresentadas no relatório final elaborado pelo júri do procedimento em 15 de julho de 2026;

Proponho que a Câmara delibere:

- *Aprovar as propostas apresentadas pelas concorrentes: Audax Renovables, S.A.-Sucursal em Portugal; Power Plus II – Comercialização de Energia, Lda.; Alfa Energia, Lda.; EDP Comercial-Comercialização de Energia, S.A.; Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda. e Luzboa-Comercialização de Energia, Lda.;*

- *Adjudicar o fornecimento continuado em causa à concorrente classificada em primeiro lugar: Audax Renovables, S.A. - Sucursal em Portugal, até ao valor total de 3 500 000,00 EUR (três milhões e quinhentos mil euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, considerando os preços unitários da proposta adjudicada, ou pelo prazo de 24 meses, conforme o que ocorrer em primeiro lugar;*

- *Aprovar a minuta do contrato;*

- *Notificar o adjudicatário, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP para, em 10 dias, após a*

referida notificação, apresentar os documentos de habilitação previstos no ponto 13.1 do programa do procedimento e o documento comprovativo da prestação da caução – pontos 10 e 11 do programa do procedimento e ainda se pronunciar sobre a minuta do contrato.”

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 252/2026)

EMPREITADA DE “SUBSTITUIÇÃO DA CONDUTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO RI À CIDADE DE LAGOS” – MINUTA DO 3.º CONTRATO ADICIONAL

Proposta n.º 218/2026, de 31 de julho:

“Considerando que:

- Foi aprovada pela Deliberação n.º 219/2026, tomada na reunião de Câmara de dia 1 de julho, a 4.ª prorrogação do prazo contratual, por 42 dias, até 14 de agosto de 2026 referente ao contrato da empreitada de “Substituição da conduta de abastecimento de água do RI à cidade de Lagos”, assinado a 13 de fevereiro de 2025;*
- Nos termos da Informação n.º 46331, de 27 de julho de 2026, da Divisão Jurídica, a alteração ao contrato tem de revestir a forma escrita.*

Proponho a aprovação da minuta do contrato, a notificação do cocontratante e o agendamento do contrato, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 98.º e 375.º do Código dos Contratos Públicos, e alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.”

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 253/2026)

EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB2,3 DAS NAUS” – MINUTA DO 6.º CONTRATO ADICIONAL

Proposta n.º 219/2026, de 31 de julho:

“Considerando que:

- Foram aprovados, pela Deliberação n.º 231/2026, tomada na reunião da Câmara de 15 de julho, trabalhos complementares e trabalhos a menos, bem como a primeira prorrogação de prazo sobre o contrato de empreitada de “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB2,3 DAS NAUS”, assinado a 8 de abril de 2025;*
- Nos termos da Informação n.º 46811, de 28 de julho de 2026, da Divisão Jurídica, a alteração ao contrato tem de revestir a forma escrita.*

Proponho a aprovação da minuta do contrato, a notificação do cocontratante e o agendamento do contrato, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 98.º e 375.º do Código dos Contratos Públicos, e alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.”

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 254/2026)

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DE EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS
- ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA**

Proposta n.º 220/2026, de 31 de julho:

"Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião realizada em 16 de julho de 2025 (Deliberação n.º 204/2025), foi desenvolvido o procedimento de concurso público, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, conducente à aquisição de serviços para limpeza de edifícios e instalações municipais.

Analisado o processo e considerando o sentido das conclusões apresentadas no relatório final elaborado pelo júri do procedimento, na sequência da decisão judicial proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, sobre o Processo n.º 849/25.1BELLE;

Proponho que a Câmara delibere:

- Não dar provimento à pronúncia apresentada pela Clece, S.A., com os fundamentos constantes do relatório final;
- Excluir as propostas apresentadas pelas concorrentes, Iberlim - Higiene e Sustentabilidade Ambiental, S.A. e Interlimpe-Facility Services, S.A., nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
- Aprovar as propostas apresentadas pelas concorrentes: Aveiclean - Limpeza e Conservação, Lda.; Clece, S.A. e Lucena & Lucena, Lda.;
- Adjudicar a aquisição de serviços em causa à concorrente classificada em primeiro lugar, Aveiclean - Limpeza e Conservação, Lda., pelo valor total de 2 704 500,00 EUR (dois milhões setecentos e quatro mil e quinhentos euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, sendo, 1 722 343,32 EUR (um milhão, setecentos e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e três euros e trinta e dois cêntimos), afetos à execução dos serviços de limpeza regulares e 982 156,68 EUR (novecentos e oitenta e dois mil, cento e cinquenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos), afetos aos serviços de limpeza extraordinários;
- Aprovar a minuta do contrato, a qual foi objeto de alteração quanto à identificação do gestor do contrato relativamente ao Edifício dos Antigos Paços do Concelho, passando a constar Hélio Manuel Guerreiro de Jesus, Adjunto de Comando da Polícia Municipal, em substituição de Sérgio Remudas, que exercia as funções de Comandante da Polícia Municipal e cessou o respetivo exercício.
- Notificar o adjudicatário, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP para, em 10 dias, após a referida notificação, apresentar os documentos de habilitação previstos no ponto 14.1 do

programa do procedimento e o documento comprovativo da prestação da caução – pontos 12 e 13 do programa do procedimento e ainda se pronunciar sobre a minuta do contrato.”

O **Senhor Vereador Nuno Marques** perguntou se a sentença, que foi distribuída e que invalidou o ato da Câmara, transitou em julgado, e se foi ponderada uma nova audiência prévia antes da remessa do assunto à reunião de Câmara.

O **Senhor Presidente** informou que foi tudo ponderado.

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **maioria**, aprovar a proposta. Votaram contra os Senhores Vereadores Nuno Marques e Gilberto Viegas, que apresentaram a seguinte declaração de voto: *"Votámos desfavoravelmente porque a sentença judicial que invalidou a anterior decisão altera os pressupostos de análise e são apresentados pelo Júri novos fundamentos para manter a ordenação anterior, justificando-se uma nova audiência prévia de interessados antes da decisão sobre o novo Relatório Final."* **(Deliberação n.º 255/2026)**

EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DA CONDUTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO RI À CIDADE DE LAGOS" –ACEITAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS N.º 2 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 3 – 5.ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO, ATÉ 18 DE SETEMBRO DE 2026 - APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS PLANOS DE TRABALHOS, DE MÃO-DE-OBRA, DE EQUIPAMENTOS E DE PAGAMENTOS E DO CRONOGRAMA FINANCEIRO

Proposta n.º 222/2026, de 31 de julho:

"Considerando o teor:

a) Da Informação n.º 45977, de 24 de julho de 2026, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas, a qual propõe que sejam aceites trabalhos a menos resultantes da não execução de caixas de betão nos nós e dos respetivos trabalhos e acessórios que lhes dizem respeito, que sejam aprovados trabalhos complementares, referentes ao aumento das quantidades de trabalho gerado pela necessidade de aumentar a profundidade e largura das valas, bem como pela necessidade de alterar o traçado da conduta definido em projeto e ainda, nessa sequência, que seja concedida uma prorrogação do prazo contratual por 35 dias para executar os trabalhos complementares acima referidos. O adjudicatário – Ultragás – Instalações, Comércio e Projetos de Gás, S.A apresentou as propostas dos trabalhos a menos, dos trabalhos complementares, da prorrogação do prazo contratual e os Planos de Trabalhos, de Mão-de-Obra, de Equipamentos e de Pagamentos e o Cronograma Financeiro, através dos registos n.º 44682 e n.º 44700, de 24 de julho de 2026, e sobre os quais foi prestado o parecer da Equipa de Fiscalização Externa - Pmt – Coordenação e Gestão de Projetos, Lda., através do registo n.º 44697, de 24 de julho de 2026.

b) Da Informação n.º 47152, de 30 de julho de 2026, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas, prestada, atendendo que se verifica uma incorreção no prazo para apresentar a caução, na informação referida em a).

Proponho que a Câmara Municipal delibere:

1. Aceitar trabalhos a menos, no montante de 118 036,23 EUR (cento e dezoito mil, trinta e seis euros e vinte e três cêntimos), acrescido do IVA, cujo montante será deduzido ao preço contratual nos termos previstos no n.º 2 do artigo 379.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro.
2. Aprovar os trabalhos complementares no montante de 105 860,33 EUR (cento e cinco mil, oitocentos e sessenta euros e trinta e três cêntimos), acrescido do IVA, em cumprimento do artigo 370.º do nos termos do Código dos Contratos Público, cujo prazo de execução é de 35 dias.
3. Prorrogar o prazo contratual da empreitada em epígrafe, pelo período de 35 dias (até ao dia 18 de setembro de 2026).
4. Calcular a revisão de preços nos termos do n.º 1, do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto.
5. Aprovar os Planos de Trabalho, de Mão-de-Obra e de Equipamentos apresentados pelo adjudicatário – Ultragás – Instalações, Comércio e Projetos de Gás, S.A, através do registo n.º 44682, de 24 de julho de 2026 e o Plano de Pagamentos e o Cronograma Financeiro apresentados pelo adjudicatário – Ultragás – Instalações, Comércio e Projetos de Gás, S.A, através do registo n.º 44700, de 24 de julho de 2026.
6. Notificar o adjudicatário Ultragás – Instalações, Comércio e Projetos de Gás, S.A, para no prazo de 10 dias, prestar caução no montante de 5293,02 EUR (cinco mil, duzentos e noventa e três euros e dois cêntimos), excluindo o IVA, correspondente a 5% do valor dos trabalhos complementares, cumprindo o disposto nos artigos 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos."

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 256/2026)

**PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS COMO INVESTIDOR SOCIAL NO PROJETO
"MYMENTOR ESCOLAS – PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL PARA O FUTURO"
– RATIFICAÇÃO**

Proposta n.º 216/2026, de 30 de julho – retirada da ordem dos trabalhos.

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO

FINANÇAS MUNICIPAIS Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 4 de agosto de 2026, que acusava um saldo em dinheiro de 36 658 323,73 EUR (trinta e seis milhões, seiscientos e cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e três euros e setenta e três cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

RELATÓRIO INTERCALAR DE ATIVIDADES E CONTAS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2026 – LAGOS EM FORMA, GESTÃO DESPORTIVA, E.M., S.A.; RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA LOCAL LAGOS EM FORMA, GESTÃO DESPORTIVA, E.M., S.A. - 1º TRIMESTRE DE 2026 Foi presente o Ofício n.º 688/C/2026, de 26 de julho da empresa local LAGOS EM FORMA, Gestão Desportiva, E.M., S.A., apresentando o Relatório Intercalar de Atividades e Contas do primeiro trimestre de 2026 e a Informação n.º 47729 de 3 de agosto de 2026, da Divisão Financeira, que procedeu à análise dos documentos e elaborou o Relatório de Monitorização da Situação Económica e Financeira desta empresa local.

A Câmara toma conhecimento.

ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. – TAXA RECURSOS HÍDRICOS (TRH) DE ÁGUA E SANEAMENTO – VALORES UNITÁRIOS PARA O ANO DE 2026 E ACERTOS DE JANEIRO A MAIO Foi presente a Informação n.º 46132, de 24 de julho de 2026 da Divisão Financeira/Unidade Técnica Financeira/Secção de Contabilidade, bem como da documentação enviada pela Águas do Algarve, S.A., através da carta com a Ref.ª CE.2026.00499, de 26 de junho de 2026, comunicando a atualização dos valores unitários da TRH (Taxa de Recursos Hídricos) a aplicar a partir de 1 de janeiro de 2026, na sequência da publicação pela APA, I.P., e os acertos de 2026 (janeiro/maio) resultando na emissão das faturas de 4184,41 EUR (quatro mil, cento e oitenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos) – TRH de água e de 1260,89 EUR (mil duzentos e sessenta euros e oitenta e nove cêntimos) – TRH de saneamento. Aos valores indicados acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa aplicável (6%), nos termos da Lei em vigor.

A Câmara tomou conhecimento

ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO, I. P. (AIMA) E O MUNICÍPIO DE LAGOS

A Câmara tomou conhecimento da adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre a AIMA e o Município de Lagos, a qual altera a cláusula relativa à compensação financeira prevista no protocolo celebrado em 1 de junho de 2025.

ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR PARA A UOPG 16 DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO DA EQUIPA TÉCNICA Na sequência do despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara em 31 de julho de 2026, a Câmara tomou conhecimento da Informação n.º 46924, de 29 de julho de 2026, da Divisão de Planeamento Territorial, dando conta da substituição de um dos elementos que constituem a equipa técnica do Plano de Pormenor em epígrafe.

REGISTO DE PAGAMENTOS EFETUADOS Na sequência do solicitado, no período antes da ordem do dia, na Reunião de Câmara do dia 17 de junho de 2026, foi disponibilizada a listagem do registo de pagamentos efetuados no período compreendido entre os dias 23 de julho de 2026 e 29 de julho de 2026.

A Câmara tomou conhecimento.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA/SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no dia 28 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA/UNIDADE TÉCNICA DE CONCURSOS DE PROJETOS E EMPREITADAS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no dia 27 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E EMPREITADAS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no dia 28 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO FINANCEIRA A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do

executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, entre o dia 24 e 27 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS- ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S – DIVISÃO FINANCEIRA A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, relativamente à Alteração ao Orçamento e GOP's, no dia 23 de julho de 2026.

ENCERRAMENTO

ATA EM MINUTA Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, bem como do disposto no artigo 19.º do Regimento da Câmara Municipal de Lagos, e ainda do artigo 34.º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara deliberou por **unanimidade**, aprovar a ata em minuta para efeitos da sua excecutoriedade imediata.

(Deliberação n.º 257/2026)

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente pelas 16 horas e 40 minutos, declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata que, nos termos do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atualizada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pela Chefe da Divisão Jurídica, da Câmara Municipal que a secretariou e mandou lavrar.

O Presidente da Câmara,



A Chefe da Divisão Jurídica, (Secretária),



A ata foi aprovada, por unanimidade
em reunião de Câmara de
30 / 09 / 2026.

Deliberação n.º 317 / 2026

A Secretária,


(01 / 10 / 2026)